

Administração Pública

## **Caracterização do Gasto Público dos Municípios Mineiros na Educação**

Maria Eduarda Pereira Delfino - 8º módulo de Administração Pública, UFLA, PIVIC

Janderson Martins Vaz - Professor do Departamento de Administração Pública. UFLA - Orientador. - Orientador(a)

### **Resumo**

A caracterização do gasto público é um fator importante para o mapeamento das necessidades e posterior alocação de recursos de maneira mais eficiente. Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender o gasto público dos municípios de Minas Gerais em 2022, na função Educação, com o objetivo de identificar características e evidenciar a relação entre a previsão orçamentária e a execução, proporcionando um relatório facilitador para os gestores locais, promovendo uma governança mais equitativa e bem orientada. Essa pesquisa ocorreu por meio do acesso ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi, que dispõe do Finbra, o banco de dados que reúne as informações das declarações enviadas ao Tesouro Nacional, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000). No Finbra estão contidos os dados referentes ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária por função/subfunção, que é emitido bimestralmente. Para abranger todo o período de 2022, foi necessário utilizar o último período, sendo esse o 6º, e gerar a tabela base. Posteriormente, a planilha eletrônica foi filtrada para apresentar a função Educação, separando também os valores empenhados e executados. Logo, confrontado os dados entre despesas empenhadas e dotação atualizada, foi analisado que grande parte dos municípios mineiros possuem um planejamento orçamentário eficaz, uma vez que a média de execução entre os 853 municípios foi de 91,35%, o que pode indicar um planejamento eficaz em geral. Em contrapartida, cerca de 2% dos municípios executaram menos que 50% dos recursos, revelando dificuldades na implementação de programas educacionais ou uma subutilização dos recursos disponíveis. Além disso, 25 municípios excederam o orçamento, com destaque à Central de Minas, que utilizou quase três vezes mais do que previsto. Esse tipo de comportamento reflete um planejamento ineficaz, culminando em necessidades emergenciais e ajustes orçamentários que podem gerar problemas na gestão e dubiedade da transparência. Ademais, sete municípios não possuem dados no período. A amplitude da execução orçamentária foi de 274,44%, ressaltando a grande disparidade nos níveis de gasto entre os municípios e evidenciando uma variação na forma como os recursos são alocados e utilizados. Em síntese, Minas Gerais possui um planejamento orçamentário assertivo na função educação. Esses dados são importantes para otimizar a alocação de recursos e aprimorar a gestão financeira local.

Palavras-Chave: orçamento público, execução orçamentária, educação.

Link do pitch: <https://youtu.be/CEEBmALCadQ>